



Conselho de Saúde do Distrito Federal

ATA DA QUADRINGÉSIMA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

1 Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, no Plenário do Conselho de
2 Saúde do Distrito Federal – CSDF, SIG, Quadra 01 – Centro Empresarial Brasília, salas 316 a 322,
3 realizou-se a Quadringéssima Décima Reunião Ordinária do Conselho de Saúde do Distrito
4 Federal – CSDF. A Reunião contou com a presença da *Presidente do CSDF, Lourdes Cabral*
5 *Piantino, da Secretária Executiva do CSDF, Gisely Gleice Pasquini Danielli, dos conselheiros*
6 *segmento gestor: Humberto Lucena Pereira da Fonseca, Daniel Seabra Resende Castro*
7 *Correa, Marcus Vinícius Quito, Paulo Eduardo Guedes Sellera, Danielle Soares Cavalcante,*
8 *Alexandra Gouveia de Oliveira Miranda Moura, Bárbara de Albuquerque Berçot, Maria Dilma*
9 *Alves Teodoro, Felipe Mazoni Lopes, Elza Ferreira Noronha, Jorge Bruno Rosário de Souza;*
10 *dos conselheiros segmento trabalhador: Bruno Metre Fernandes, Márcio da Mata Souza, Lásaro*
11 *Pereira de Melo, João Cardoso da Silva, Jefferson de Sousa Bulhosa Júnior, Olga Messias Alves*
12 *de Oliveira, Helvécio Ferreira da Silva, Humberto de Oliveira Lopes, Tiago Sousa Neiva, Rosalina*
13 *Aratani Sudo; dos conselheiros segmento usuário: Darly Dalva Silva Máximo, Danylo Santos Silva*
14 *Vilaça, Bruno Gonçalves Araújo, Raimundo Nonato de Lima, Luiz Carlos Macedo Fonseca,*
15 *Domingos de Brito Filho, Willian Fernando da Silva, Marly de Fátima Barbosa de Araújo, Regina*
16 *Lúcia Pinto Cohen, Magda Maria Cardoso da Silva. Justificou a sua ausência o Conselheiro*
17 *Silvestre Araújo. Conselheira Lourdes Cabral Piantino, Presidente do CSDF, iniciou a reunião*
18 *às 09h07 com a exposição dos Informes conforme acordado na última reunião do CSDF, até o*
19 *estabelecimento do quórum qualificado. Informes – Conselheiros, convidados e Secretária*
20 *Executiva Coordenação: Mesa Diretora do CSDF. Conselheiro Humberto Lucena, Secretário de*
21 *Saúde, informou que: 1) já não existe nenhum entrave judicial em referência ao IHBDF, houve*
22 *uma decisão do Desembargador Robson que suspendeu os efeitos da sentença da segunda*
23 *vara de fazenda pública, e neste momento se está em negociação com a Diretoria Executiva do*
24 *Instituto para estabelecer um contrato de gestão, então o cronograma de janeiro para a*
25 *implantação foi mantido e inclusive está sendo estabelecido que todas as metas vão estar no*
26 *mínimo vinte por cento acima da atual produção do Hospital de Base, além de outras metas*
27 *qualitativas e quantitativas que vão ser incluídas no contrato de gestão; 2) em relação aos*
28 *projetos de conversão da atenção primária em saúde da família, com a nomeação dos últimos*
29 *médicos da família, em outubro e novembro, foi atingido, se não se considerar os agentes*
30 *comunitários de saúde que não se teve a oportunidade de realizar a contratação, o índice de*
31 *quarenta e nove ponto nove por cento de cobertura de saúde da família, que já é o maior aumento*
32 *da cobertura da saúde da família em toda a história do DF, e com os profissionais do CONVERT,*
33 *cento e quatro foram aprovados, melhorará mais dezessete pontos percentuais a cobertura de*
34 *estratégia, considerando equipes inconsistentes, ou seja, completas mas que só falta o ACS,*
35 *lembrando que todas as equipes tem dois técnicos de enfermagem, sendo assim Praticamente a*
36 *única unidade federada do Brasil que tem isso, todas as demais têm um técnico de enfermagem*
37 *somente, e assim acredita que será cumprido o objetivo de chegar em setenta por cento, lembrando*
38 *que o Ministério da Saúde conta diferente; 3) o Tribunal de Contas liberou algumas licitações*
39 *que estavam paradas há algum tempo, caso da licitação para manutenção de equipamentos Philips*
40 *e a licitação para compra de mobiliário da Atenção Primária, o que é muito bom pois esse ano já*
41 *vai se conseguir mais de seis mil equipamentos da Atenção Primária e onde houver problema de*
42 *estrutura relacionado à mobiliário ser resolvido além de fazer a mobiliação das três novas*
43 *unidades que vão ser inauguradas até fevereiro; 4) todos os gestores da saúde estão imersos desde*
44 *quinta-feira passada para fazer a discussão de como será o Planejamento Estratégico para 2018, e*
45 *espera concluir na quinta-feira ou na sexta-feira e este será apresentado ao CSDF na primeira*
46 *reunião. Conselheiro Danylo Vilaça informou que a entidade a qual representa, o Centro*

47 Acadêmico de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília passou por eleição recentemente e que
48 a chapa vencedora pretende continuar com a sua indicação no CSDF e informou ainda que o
49 Conselheiro Silvestre solicitou a ele justificar sua ausência na presente reunião. Efetuou em
50 seguida a leitura de um texto intitulado Voluntário. Conselheiro **Domingos de Brito** informou que
51 participou de reunião acontecida no último dia trinta no Ministério Público em que foi proposta a
52 regulamentação, até o dia 31 de janeiro de 2018, para a publicação de alguns relatórios da SES
53 no *site*, além da explicação da não aplicação de trezentos e vinte e três milhões de reais em
54 recursos pela SES no ano de 2017, lembrando que no ano de 2016 quatrocentos e noventa e nove
55 milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, trezentos e onze reais e setenta e cinco centavos
56 deixaram de ser utilizados pela SES. Disse que o segundo informe é uma composição com o
57 Conselheiro Bruno Metre e, como o conselheiro não se encontrava na reunião, solicitou que quando
58 o mesmo chegasse pudesse passar o informe, mesmo estando fora da fala dos informes.
59 Conselheiro **Humberto Lucena**, Secretário de Saúde, explicou a questão referente ao MP, que a
60 notícia que saiu no *site* do Ministério é que a SES precisaria de se explicar, sendo que foi feito no
61 MP. Disse que em primeiro lugar os trezentos milhões que foram mencionados diziam respeito à
62 execução orçamentária até o mês de outubro, então se teve uma reunião com a governança
63 para aplicação desse recurso até o final do ano e então se terá a maior execução orçamentária da
64 história da SES e, além disso, a parte que ficar sem execução refere-se à obras que serão
65 executadas nos próximos anos e dependem de projetos, tempo de execução, principalmente a
66 obra do Hospital do Câncer que tem cento e vinte e dois milhões de reais. Disse, em relação aos
67 quatrocentos e noventa e nove milhões de reais se terá a oportunidade de discutir isso porque
68 consta de um relatório e todos os membros deste Conselho já o ouviram falar algumas vezes sobre
69 isso, que foi relacionado a uma interpretação que havia do MS que impedia a aplicação desses
70 recursos, interpretação essa que foi mudada graças à atuação da SES e, no mês de janeiro
71 de 2017 a SAIS do MS mudou o seu entendimento e nos permitiu a utilização desse recurso.
72 Explicou que a questão era que se tinha oitocentos e oitenta e duas caixinhas e cada recurso
73 tinha que ser aplicado em cada caixinha, e a mudança de entendimento foi que houvesse o
74 respeito aos blocos orçamentários de financiamento, e isso permitiu que desses quinhentos
75 milhões mais de trezentos milhões fossem utilizados esse ano. Conselheiro **Jefferson** disse que
76 parece que o GDF encaminhou o orçamento para a Câmara Legislativa com os mesmos valores
77 e opinou que se deveria ir à Câmara tentar melhorar esse orçamento. Citou a crise que a SES
78 está passando e criticou a intenção da SES em entregar para a iniciativa privada os seus
79 equipamentos. Citou a gravação de uma reclamação dos servidores da emergência de Taguatinga,
80 inclusive passou no SBT. Voltou a frisar que Taguatinga é uma exceção na rede, que existem
81 hospitais que tem a porta fechada, ou seja, restrição no atendimento de algumas especialidades,
82 que chegou no limite da lotação não entra mais ninguém, não atende, e todas as regionais têm
83 a porta fechada, entre aspas, e só atende vermelho. Disse que os servidores da saúde no DF estão
84 sendo negligenciados e ouviu um promotor da saúde, Sr. Jairo Bisol, dizer que apoia que todo o
85 serviço público seja entregue à iniciativa privada justificando porque hoje a saúde está tomada por
86 corporações que defendem o privado. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente do
87 CSDF, propôs o agendamento para a próxima reunião do CSDF da discussão do assunto.
88 Conselheira **Rosalina** informou a respeito da Portaria Conjunta nº 19, de 23 de novembro de 2017,
89 que diz respeito à definição da administração de medicamentos por professores nas escolas
90 públicas. Disse que os trabalhadores da enfermagem juntamente com a diretoria do Sindicato dos
91 Professores fizeram uma discussão acerca dessa portaria e esta foi repudiada e questionada
92 acerca do porquê da sua elaboração, uma vez que os professores não têm a menor formação
93 para administração de medicamentos e não é um treinamento que vai capacitá-los para tal
94 procedimento, além do que isso poderá trazer sérios danos e que poderão incorrer em penalidade
95 por estar ferindo a lei do exercício profissional. Disse que diante disso foi elaborada uma nota
96 conjunta repudiando essa portaria. Informou que as escolas de enfermagem estão com
97 dificuldades no relacionamento com a EAPSUS na definição dos seus cenários de prática, e isso
98 traz muitos prejuízos aos estudantes. Opinou que a CIES deve se reunir para que se pudesse
99 sanar essas dificuldades. Conselheiro **Humberto Lucena**, Secretário de Saúde, explicou o teor
100 da Portaria nº 19, que o sentido não é desviar ninguém com relação à função do técnico de
101 enfermagem ou do enfermeiro, mas simplesmente a administração que qualquer pai ou parente
102 faria em casa, medicação via oral, ninguém vai fazer uma administração por via venosa ou

103 intramuscular, não sendo nada que entre em conflito com a competência do profissional de
104 enfermagem. Disse que o que não se quer é que a criança por estar na escola perca uma dose de
105 uma medicação oral. Conselheira **Vera Lúcia** relatou um atendimento de urgência ocorrido no
106 HBDF em que uma paciente grávida foi atendida na unidade e houve um engajamento por parte
107 de toda a equipe e o resultado foi exitoso, salvando o bebê e a mãe. Propôs um elogio aos servidores
108 envolvidos no parto da paciente. Efetuou a leitura da composição da equipe que participou do
109 procedimento. Conselheiro **Raimundo Nonato** informou a respeito da falta de medicamentos na
110 farmácia de alto custo dizendo que é preocupante a situação observada e cobrou uma resolução.
111 Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente do CSDF, parabenizou os servidores da SES
112 pela mostra de experiências exitosas. Conselheira **Olga Messias** agradeceu a todos os
113 conselheiros pela ajuda prestada enquanto conselheira de saúde do DF. Conselheiro **João**
114 **Cardoso** informou que, diante do elevado volume de trabalho no SINDATE, e para não prejudicar
115 os trabalhos no CSDF, está abrindo mão do cargo de conselheiro de saúde do DF em favor de
116 Cláudia Aires e irá formalizar o pedido de substituição à Secretaria Executiva do CSDF. Defendeu
117 o fortalecimento dos Conselhos Regionais. Conselheiro **Domingos de Brito** chamou a atenção
118 que faltava o informe do Conselheiro Bruno Metre, conforme acordado anteriormente, porém o
119 pedido foi indeferido pela Presidente do CSDF devido ao tempo de informes ter se exaurido.
120 Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente do CSDF, prosseguiu a reunião com a posse
121 dos conselheiros Helvécio e Lázaro. **Posse dos conselheiros Helvécio Ferreira da Silva**,
122 segmento trabalhador, representante da Associação dos Profissionais de Saúde Pública do Distrito
123 Federal, e **Lásaro Pereira de Melo**, segmento trabalhador, representante da Associação Médica
124 de Brasília. Secretária Executiva do CSDF, **Gisely Pasquini**, efetuou a leitura dos termos de posse
125 dos novos conselheiros e estes os assinaram formalmente. Conselheiro **Helvécio Ferreira**
126 efetuou pronunciamento de posse, seguido pelo Conselheiro **Lásaro Pereira**. **Item 01 –**
127 **Apresentação e aprovação da Pauta 410ª Reunião Ordinária do CSDF –** Coordenação:
128 Mesa Diretora CSDF. Conselheiro **Danylo Vilaça** efetuou a leitura da pauta e propôs inclusão
129 na pauta da aprovação do calendário de reuniões do CSDF referente à 2018 além da
130 apresentação da minuta da Resolução nº 491, sugerindo que esta fosse o primeiro item, seguida
131 pela apreciação e aprovação do calendário de reuniões do CSDF para 2018, apresentação do
132 Relatório Anual de Gestão (RAG) 2016 e por último a Infraestrutura de Serviços na Atenção
133 Primária em Saúde (APS) – Propostas de soluções pela SES/DF. Aprovada por unanimidade a
134 pauta com as adequações propostas pelo Conselheiro Danylo. **Item 01 – Apresentação da minuta**
135 **da Resolução nº 491, de doze de dezembro de 2017 –** Secretária Executiva do CSDF, **Gisely**
136 **Pasquini**, efetuou a leitura da minuta da resolução ao pleno. Conselheira **Lourdes Cabral**
137 **Piantino**, Presidente do CSDF, colocou em votação a resolução sendo então aprovada por maioria
138 de votos. **Item 02 – Calendário de Reuniões Ordinárias do CSDF – 2018 -** Coordenação: Mesa
139 Diretora CSDF e secretária Executiva do CSDF. Secretária Executiva do CSDF, **Gisely Pasquini**,
140 apresentou a proposta do calendário de reuniões ordinárias do CSDF para o ano de 2018. Foi
141 colocado em votação e aprovado por unanimidade. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**,
142 Presidente do CSDF, esclareceu em relação às publicações do CSDF no site da SES, que elas
143 já estão em dia e serão publicadas sistematicamente. Conselheiro **Paulo Sellera** solicitou
144 inclusão de pauta para a primeira reunião do CSDF de 2018 da apresentação da proposta da
145 PAS – 2018. **Item 03 – Apresentação do Relatório Anual de Gestão (RAG) 2016 –** Expositor:
146 Subsecretaria de Planejamento em Saúde – SUPLANS/SES. Coordenação: Mesa Diretora do
147 CSDF. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente do CSDF, esclareceu que na reunião
148 passada foi definido que se teriam dois pontos básicos em relação à apresentação do RAG, um
149 eram as respostas da gestão aos questionamentos apresentados pelos conselheiros quando da
150 análise do RAG, e o outro ponto era que a comissão do RAG se reunisse para apresentar um
151 parecer. Disse que ontem foi chamada uma reunião extraordinária da comissão porquê foi feito um
152 parecer sem a participação de uma boa parte dessa comissão, e as pessoas integrantes da
153 comissão que não participaram da elaboração desse parecer o questionaram. Disse que ficou
154 então pactuado que a SES vai apresentar as justificativas e
155 caso seja necessário o questionamento por parte dos membros que elaboraram esse parecer, que
156 não foi feito pela comissão instituída oficialmente pelo Conselho, irão se manifestar apenas
157 depois da apresentação das respostas da SES. Conselheiro **Bruno Metre**, como questão de
158 ordem, disse que não é possível aceitar que se diga que uma comissão que se reúne oficialmente

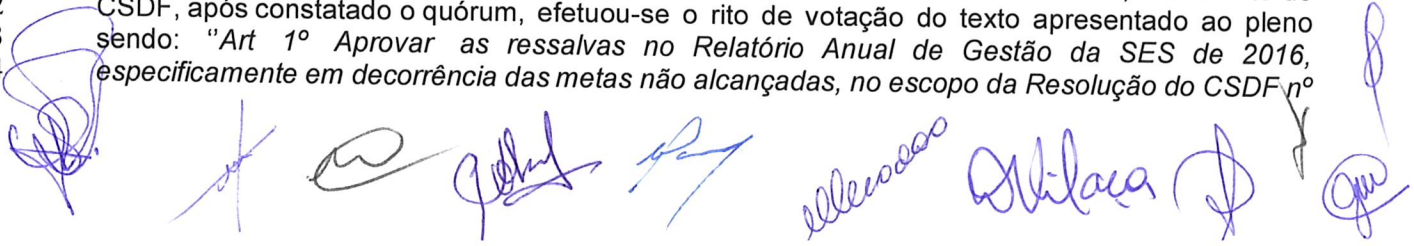
Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including names like 'Bgh', 'E', '40', 'P', and 'Qu'.

159 no Conselho, faz parte do Conselho, seja considerada independente ou incompleta pela
160 ausência de alguns membros. Conselheira **Darly** disse que não foi convocada para a reunião de
161 terça feira e questionou o porquê de não ter sido avisada. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**,
162 Presidente do CSDF, destacou a importância de se analisar o RAG conforme acordado na última
163 reunião e após a apresentação seria discutida a questão do relatório da Comissão. Conselheiro
164 **Helvécio Ferreira**, como questão de ordem, lembrou ao pleno que foi feito um pedido de vistas *in*
165 *totem* do RAG pela mesa diretora anterior e isso obrigava inclusive a comissão de orçamento e
166 finanças do CSDF a realizar um parecer acerca do RAG. Conselheiro **Humberto Lucena**, Secretário
167 de Saúde, explicou que o RAG foi apresentado esse ano com um pequeno atraso esse ano mas
168 ele teve um grande atraso na sua deliberação pelo Conselho pior uma série de razões já
169 conhecidas. Disse que no primeiro momento houve o pedido de vistas do então Presidente
170 Conselheiro Helvécio, que foram enviadas à SES uma série de questionamentos e a maioria deles
171 foi incorporada ao relatório naquele momento e agora se tem um parecer elaborado, que fez questão
172 de ler com vagar, para ser capaz de responder às questões. Esclareceu que a sua parte inicial
173 basicamente repete os achados da própria SES em relação ao cumprimento das metas que
174 foram estabelecidas no Plano Distrital de Saúde, então a SES deu toda a informação de
175 forma absolutamente correta, realmente vários indicadores não conseguiram ser atingidos mas é
176 preciso lembra de uma coisa, quando foi solicitado em dois mil e quinze o orçamento para dois mil e
177 dezesseis este foi de doze bilhões de reais com o mínimo de nove bilhões de reais e se teve na LOA
178 seis bilhões de reais, então para o pleno cumprimento do Plano Distrital de Saúde havia um
179 orçamento que estava sendo desenhado, inclusive com dois cenários, um ideal e outro mínimo, e
180 se ficou muito aquém do cenário mínimo. Esclareceu que as metas que estão estabelecidas são
181 baseadas em uma situação que não foi a realidade que aconteceu no ano de dois mil e dezesseis.
182 Disse que a segunda coisa que foi dita nesse relatório, importante, foi que havia quinhentos milhões
183 de reais em caixa na SES e que esse valor não foi executado. Explicou que durante muitos
184 anos não se conseguia executar os orçamentos, principalmente de Atenção Primária, de
185 Vigilância e uma parte também de alta complexidade, por uma razão muito simples, se tinha no
186 financiamento que vinha do MS oitocentas e oitenta e duas caixinhas e havia uma interpretação
187 do DENASUS de que cada investimento teria de ser feito nessa caixinha, mas após uma ação
188 muito apoiada pelo Governo do DF houve uma modificação no entendimento da SAS e uma
189 uniformização do entendimento do MS que disse que se poderia usar esses recursos, isso no final
190 de janeiro e começo de fevereiro, e isso permitiu a utilização como nenhuma outra gestão conseguiu
191 no passado. Disse que nesse ano foram executados perto de trezentos milhões de reais desse
192 orçamento que havia no passado e, mais do que isso, foi feita uma recomposição do orçamento
193 para fechar a execução do final do ano. Frisou que a SES funciona hoje com regime de caixa, que
194 só se consegue gastar quando o recurso vem da Fazenda e para a conta da SES, garantindo
195 que hoje o saldo da conta da SES é zero. Disse também que existem alguns recursos que são
196 carimbados, eles não são perdidos de um ano para o outro porém só podem ser utilizados no
197 seu objeto específico, como é o caso das obras. Ponderou acerca das recomendações
198 especificadas no relatório, de dois mil e onze a dois mil e quinze, que não foram consideradas.
199 Disse, em primeiro lugar que isso não é verdade, que foi feito um esforço para implementar muitas
200 delas, que não se tem capacidade plena de implementar algumas coisas, mas é preciso dizer que
201 o objetivo do parecer do Conselho no Relatório é dizer se o gestor está apresentando números
202 corretos para o MS. **Cristiane**, DIPLANS, apresentou o RAG juntamente com o Conselheiro Paulo
203 Sella. Apresentou os aspectos legais e operacionais e os destaques dos conselheiros de saúde
204 Danylo Vilaça, Tiago Neiva e Presidência e Mesa Diretora do CSDF com o devido esclarecimento,
205 pontualmente. Conselheiro **Danylo**, agradeceu a Cristiane e a parabenizou pela apresentação,
206 sentindo-se contemplado pela apresentação feita. Solicitou o retorno por escrito das respostas.
207 Conselheiro **Tiago Neiva** informou que enviou para o *e-mail* de todos os conselheiros as suas
208 considerações, as quais expôs ao pleno. Propôs, em seguida, a criação de uma Comissão
209 Permanente, coordenada por um técnico ou uma técnica, experiente, para a produção de um
210 documento, em um prazo definido, para subsídio de uma reavaliação dos processos de gestão e
211 de confecção do Relatório de Gestão. Conselheiro **Bruno Metre** questionou se os dados
212 utilizados no RAG em relação à execução, valores, etc., são oriundos do Fundo de Saúde e, com
213 relação a isso, a Lei Complementar define alguns critérios alinhados à Constituição, que tem a
214 ver com o quanto vai se investir. Questionou, com base nas informações do RAG, com relação
215 aos investimentos feitos pela SES, se foram executados e aplicados na proporção da lei todos os
216 recursos. **Cristiane**, DIPLANS, respondeu aos questionamentos feitos pelo conselheiro Bruno
217 Metre, que em relação ao orçamento todas as informações vêm de sistemas como o SARGSUS.

218 Disse que quando se coloca a aplicação desses programas eles entram investimento, compra de
219 equipamentos e algumas despesas específicas. Quando se fala que se executou pouca coisa
220 dentro do programa provavelmente não se executou o que deveria ser executado com obras,
221 compra de equipamentos, porque se precisaria de uma complementação ou de um orçamento
222 maior. Disse que a execução no ano de dois mil e dezesseis foi muito ruim, mas que para dois
223 mil e dezessete está muito melhor. Conselheiro **Humberto Lucena**, complementou as respostas
224 dadas. Disse que todos os recursos foram aplicados. Disse que até dois mil e dezesseis havia uma
225 interpretação que dizia que o recurso da Atenção Primária no DF não poderia servir para pagar
226 pessoal, e isso não faz nenhum sentido. Disse que além disso haviam as oitocentas e trinta e
227 duas caixinhas que impediam que se executasse da forma que é necessário no DF, e que a partir
228 desse ano se tem condições de daressa execução. Ressaltou que o RAG é a prestação de contas
229 do atingimento das metas e o momento de discutir o planejamento, sugestões e recomendações
230 após a sua apresentação. Conselheiro **Helvécio Ferreira** citou a descentralização e regionalização
231 da saúde no DF, assunto que deve ser discutido no pleno. Disse que o único fato novo no DF é o
232 IHBDF. Disse que não se deve esquecer a Resolução nº 445. Questionou a gestão acerca do que
233 está sendo pactuado para a substituição do Decreto nº 37515. Frisou a necessidade da capacitação
234 dos conselheiros em orçamento para análise dos relatórios. Conselheiro **Raimundo Nonato**
235 questionou acerca da responsabilização dos gestores em relação ao não cumprimento das metas
236 estabelecidas e com relação à não chegada dos recursos às sete regiões de saúde. Conselheiro
237 **Paulo Sellera** elogiou as colocações do Conselheiro Tiago Neiva e disse que a SES está
238 melhorando a questão da análise dos indicadores. Teceu comentários acerca das colocações
239 feitas sobre o RAG. Conselheira **Vera Lúcia** opinou que o conselheiro deve fiscalizar e atuar
240 mais, apresentar sugestões para melhoria da atual situação. Conselheiro **Humberto Lucena**,
241 Secretário de Saúde, respondeu aos conselheiros, que realmente se tem um Decreto de
242 descentralização e infelizmente não se conseguiu cumprir o prazo estabelecido para abril de dois
243 mil e dezessete para se concluir o processo de descentralização pelo enfrentamento de algumas
244 dificuldades. Disse que hoje infelizmente não se teria estrutura nas regiões para isso. Disse que
245 foi deliberado que se fariam acordos de gestão regional, que é a contratualização de todo
246 funcionamento das regiões, que serão assinados no dia dezenove deste mês. Disse que o grande
247 exemplo de descentralização efetiva é o HBDF que, não só está se dando efetivamente autonomia,
248 descentralizando a execução orçamentária, descentralizando todas as decisões relacionadas à
249 forma de cumprir os resultados pactuados com a SES como está se dando a possibilidade de
250 efetivamente ter os instrumentos para resolver, pois a Secretaria hoje tem dificuldade de ter. Disse,
251 com relação ao subfinanciamento, que esteve no dia anterior no Conselho Nacional de Justiça e
252 muito curiosamente a sua fala foi muito semelhante à fala do Ronald, Presidente do Conselho
253 Nacional de Saúde. Disse que sem dúvida há o subfinanciamento, porém a solução é uma
254 construção que não é feita somente pelo DF. Repetiu que sim, está trabalhando para melhorar os
255 índices. Disse que o que a lei exige é que o Conselho emita parecer, se existe alguma indicação
256 de ilegalidade, se alguma coisa colocada no Relatório está incorreta, se discorda de algum número
257 que está ali. Continuou dizendo que em um segundo momento se terá a oportunidade de verificar
258 se as ações para vencer essas dificuldades estão adequadas e em linha com o controle social.
259 **João Carlos**, Diretor do Fundo de Saúde, chamou a atenção para o fato que foram executados
260 noventa e três por cento dos recursos para a saúde e esclareceu pontos referentes à execução
261 e utilização dos recursos públicos. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente do CSDF,
262 encaminhou a apresentação do parecer feito por quatro membros do CSDF, e explicou que foi
263 considerado um parecer independente, pela não participação de todos os membros desta
264 comissão. Conselheiro **Jefferson**, como questão de ordem, solicitou que o CSDF defina acerca
265 da participação dos conselheiros nas comissões e o seu funcionamento. Conselheira **Lourdes**
266 **Cabral Piantino**, Presidente do CSDF, respondeu que o CSDF tem um planejamento sobre o
267 funcionamento das comissões para 2018. Conselheiro **Luís Carlos** opinou que o relatório, como
268 independente, não pode ser apresentado. Conselheiro **Tiago Neiva** explicou que na reunião
269 anterior do CSDF foi convocada a reunião da Comissão do RAG para a terça-feira próxima e
270 entende que houve uma falha de comunicação. Explicou a razão de ter colocado o termo
271 independente no parecer, que foi porque os demais membros da comissão disseram que o parecer
272 não me representa. Conselheira **Danielle**, como questão de ordem, esclareceu que houveram duas
273 reuniões, e o que foi dito em plenário foi que após o encerramento da reunião, cujo final foi
274 conturbado, quando o Conselheiro Tiago colocou a terça-feira, e imediatamente foi colocada a
275 impossibilidade de comparecimento, então foi dito que iria se remarcar a agenda, sendo que o
276 que ficou acordado era que se teria uma agenda essa semana. Disse que o problema de alguns

277 membros da SES e da Presidente do CSDF, inclusive, seria somente nos dias cinco e seis, e se
278 houve reunião na sexta-feira, pior ainda, porque nem comunicados e nós não se teria possibilidade
279 de estar. Disse que quando o Conselheiro Tiago colocou que a comunicou, ele o fez no intervalo
280 do horário, no meio da mostra ele se aproximou dela e do Dr. Seabra para apresentar a sua
281 esposa e disse que estavam concluindo o relatório do RAG. Continuou dizendo que cada
282 conselheiro pode concluir o relatório e a sua avaliação independente. Lembrou que este pleno,
283 em maio, deliberou após o pedido de vistas do então Presidente do CSDF Helvécio, que teria
284 uma comissão específica, essa comissão foi nomeada entre os segmentos e, dos quatro usuários,
285 um estava viajando, dois não foram comunicados e somente um veio para participar na terça-feira
286 e na sexta-feira. Disse que hoje, esse parecer independente está corretíssimo, qualquer
287 conselheiro pode, agora é necessário olhar o parecer com antecedência e avaliar porquê o RAG
288 foi apresentado em maio, na sua íntegra, com todos os dados, e se teve oficialmente, chamado
289 pela Secretaria Executiva do CSDF à época, duas reuniões do RAG e foram trazidos
290 esclarecimentos pela SES. Disse que gostaria que esse pleno, que deliberou na última reunião que
291 fosse feita uma reunião da comissão do RAG, trazido as pessoas da SUPLANS para esclarecer
292 todos os pontos para que após essa comissão emitisse um parecer e subsidiar o Conselho da
293 decisão a ser tomada. Conselheira **Olga Messias** disse que essa comissão teve sete reuniões e a
294 Conselheira **Darly** não compareceu às últimas duas. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**,
295 Presidente do CSDF, explicou a razão de se questionar este parecer somente, porquê quatro dos
296 oito membros da comissão se sentiram excluídos do processo, da construção deste parecer. Citou
297 o vazamento do parecer para a imprensa, publicado no G1, onde a matéria afirma que o Conselho
298 do Distrito Federal reprovou o RAG, e considerou essa situação muito grave. Encaminhou ao
299 pleno a decisão de se apresentar ou não o parecer. Conselheiro **Tiago Neiva** disse que tudo o que
300 o CSDF faz é público, que a matéria do G1 faz menção a um documento do CSDF, que a matéria
301 não cita ninguém e sim um parecer. Disse que assim que soube que o parecer era do
302 conhecimento da Mesa Diretora, encaminhou ao Tribunal de Contas, a vários gestores da SES,
303 pois nada é privado no CSDF e, por fim, o parecer é independente, não do CSDF, e disse que não
304 encaminhou à imprensa. Conselheiro **Bruno Metre** pediu explicações a respeito de que o CSDF só
305 poderá analisar as apresentações e esclarecimentos feitos ao pleno. Foi lida a matéria que saiu
306 na imprensa. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente do CSDF, esclareceu o que falou,
307 que a matéria concluía que o Conselho, ou seja, os conselheiros, reprovou o RAG. Solicitou que
308 a matéria fosse lida na íntegra ao pleno. Conselheiro **Luís Carlos** disse que na última Reunião foi
309 decidido que o RAG seria apresentado e discutido nesta reunião e opinou que o parecer não teria
310 legitimidade para ser apresentado ao pleno. Conselheiro **Helvécio Ferreira**, como questão de
311 ordem, disse que uma das coisas que fez quando pediu vistas *in totem* do processo, foi distribuí-lo,
312 e o processo foi distribuído para a Comissão de Orçamento e Finanças do Conselho de Saúde, e
313 considerou as falas que ocorreram muito graves e não apresentar os elaboradores do parecer, e
314 aí remete à Comissão de Orçamento e Finanças. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**,
315 Presidente do CSDF, disse que na reunião de agosto foi formada uma comissão para análise do
316 RAG, no CSDF, para dar um parecer ao pedido de vistas ao RAG. Citou os integrantes da referida
317 comissão, a saber: representantes dos gestores, Daniel Seabra, Danielle Cavalcante;
318 representantes dos trabalhadores, Bruno Metre, Olga Messias, Tiago Sousa Neiva;
319 representantes dos usuários, Domingos de Brito, Raimundo Nonato Lima, Luís Carlos Macedo.
320 Disse que essa comissão, a partir de agosto, deveria ter se reunido para construir um parecer e
321 acrescentar esse parecer conforme foi combinado na última reunião, do dia cinco, que não houve
322 tempo hábil para apreciar o RAG, e este pleno decidiu então que na reunião do dia doze de
323 dezembro a gestão iria apresentar as respostas que até então não tinham sido apresentadas e a
324 comissão apresentaria um parecer. Acrescentou que encaminhou um *e-mail* para a Secretária
325 Executiva pois até então não tinha tido notícia da reunião dessa comissão que teria que
326 apresentar esse parecer na data de hoje. Disse que mandou uma mensagem para a Secretária
327 Executiva questionando se a comissão havia se reunido, e questionou quem estava nessa reunião,
328 sendo respondido que era a Dra. Olga, Domingos, Bruno e Tiago. Disse que quando recebeu um
329 parecer técnico, viu que nele constava Relatoria Comissão do CSDF e Análise do RAG, e então
330 questionou se só haviam quatro pessoas, o porquê das outras não comparecerem. Apurou que
331 essas pessoas não compareceram porquê não foram convocadas. Disse que então que convocou
332 uma reunião de emergência para segunda-feira porquê queria que essa comissão, seus
333 integrantes, tomassem conhecimento e discutissem se essas pessoas assinariam esse parecer,
334 sendo esse o motivo de ter sido feita uma reunião de última hora na segunda-feira. Disse que nesta
335 reunião ficou decidido que a gestão apresentaria as suas explicações e depois essa comissão,

336 constando a ausência de todas essas pessoas que não estavam presentes, apresentaria o
337 parecer caso entendesse que seria necessária a apresentação. Propôs que se faça a votação se o
338 pleno vai analisar e votar o parecer. Conselheiro **Helvécio Ferreira** esclareceu que o pedido de
339 vistas do conselheiro é inalienável, a comissão não analisa o pedido de vistas, a comissão
340 faria o parecer e depois se procederia a vista. Conselheiro **Paulo Sellera** encaminhou,
341 considerando a urgência em referência à decisão do pleno sobre o RAG e a necessidade de
342 apuração de responsabilidades a respeito do vazamento do parecer, o que é gravíssimo, submeter
343 ao pleno esse parecer, os conselheiros poderem falar quando apresentarem seus votos e votar o
344 RAG. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente do CSDF, concordou com a investigação
345 e responsabilização dos responsáveis pelo vazamento e da não apresentação do parecer pela
346 comissão em tempo hábil, sabendo-se que o RAG precisava ser votado. Propôs que o pleno defina
347 se o parecer será ou não apresentado. Conselheiro **Tiago Neiva** explicou que esse relatório é
348 independente e encaminhou que ele é uma das propostas para encaminhamento e aprovação do
349 RAG e que o cerceamento da sua apresentação é ilegal, e defendeu a sua apresentação. Propôs
350 também que se encaminhe à Rede Globo a uma carta com a explicação de que o parecer não
351 representa o CSDF, que foi colocado de maneira errada, que deve ser colocado como um parecer
352 independente. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente do
353 CSDF, questionou se o pleno está esclarecido com relação à questão se vai ou não apreciar o
354 parecer independente. Esclareceu que a votação consistirá se o parecer será ou não apresentado.
355 Conselheiro **Bruno Metre**, como questão de ordem, disse que não ouvir o parecer é perigoso e
356 explicou pontos acerca da apreciação do RAG e do parecer. Opinou pela apresentação do parecer.
357 Conselheiro **Domingos**, como questão de ordem, disse que esse relatório partiu de uma forma que
358 foi instada no pleno, no dia vinte e oito, que foi questionado no pleno quais as pessoas que estariam
359 disponíveis na terça-feira para elaborar esse documento, então essas pessoas se reuniram por uma
360 proposta feita no pleno. Defendeu a apresentação do parecer. Conselheira **Lourdes Cabral**
361 **Piantino**, Presidente do CSDF, voltou a encaminhar se o parecer será ou não apresentado. Foi
362 aprovada a apresentação do parecer por maioria de votos. Conselheiro **Domingos** introduziu a
363 apresentação do parecer. Conselheiro **Tiago Neiva** efetivou a apresentação do parecer.
364 Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente do CSDF, opinou que, finda a apresentação, o
365 RAG seja votado. Questionou ao pleno se há o entendimento se a votação será para o parecer ou
366 para o RAG. Conselheiro **Luís Carlos** disse que o que foi deliberado foi a apresentação do parecer
367 independente, porém essa comissão independente o apresentou e tornou público e aos
368 conselheiros mas o apresentado no pleno foi diferente. Efetuou a leitura do parecer que foi
369 encaminhado aos conselheiros via *e-mail*. Disse não compactuar com a conclusão apresentada.
370 Conselheiro **Bruno Metre**, como questão de ordem, disse que o apresentado é pela discussão dos
371 conselheiros e realmente houve uma mudança na conclusão até para melhorar o entendimento.
372 Disse que o problema da ressalva é que ela não deixou um prazo para as justificativas para as
373 questões oferecidas, sugerindo então que este seja de noventa dias. Conselheiro **Tiago Neiva**
374 propôs a votação do RAG e que se adiasse a votação das ressalvas para a próxima terça-feira.
375 Conselheiro **Daniel Seabra** opinou que ressalvas são cabíveis pois há metas não alcançadas e se
376 deveria fechar de forma eficiente dizendo que há uma aprovação, mas com ressalvas às metas não
377 alcançadas. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente do CSDF, encaminhou a
378 aprovação do RAG com ressalvas, no escopo da Resolução nº 445 no que tange às metas não
379 alcançadas. Conselheira **Danielle** sugeriu que se siga na lógica da proposta do Conselheiro
380 Daniel, que a ressalva fosse às metas expressas no RAG 206 não alcançadas. Conselheira
381 **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente do CSDF, encaminhou as duas propostas para votação.
382 Conselheiro **Daniel Seabra** concordou com a redação das ressalvas às metas não alcançadas, no
383 escopo da Resolução nº 445. Conselheiro **Bruno Metre** explicou que fez uma outra proposta, que
384 não estava sendo integralmente considerada, que as recomendações deveriam ser incluídas.
385 Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente do CSDF, apresentou as propostas feitas: 1)
386 a aprovação do RAG; 2) aprovação do RAG com ressalvas, no escopo da Resolução 445 em
387 referência às metas não alcançadas; 3) reprovação do RAG. Conselheiro **Bruno Metre** ponderou
388 que a aprovação das ressalvas deve estar especificada na aprovação. Conselheiro **Paulo Sellera**
389 explicou a resolução que será votada, que constará dois tópicos, o primeiro quanto à aprovação do
390 RAG, que será com ressalvas, no escopo da Resolução 445 em referência às metas não alcançadas,
391 e o segundo referente às recomendações. Conselheira **Lourdes Cabral Piantino**, Presidente do
392 CSDF, após constatado o quórum, efetuou-se o rito de votação do texto apresentado ao pleno
393 sendo: "Art 1º Aprovar as ressalvas no Relatório Anual de Gestão da SES de 2016,
394 especificamente em decorrência das metas não alcançadas, no escopo da Resolução do CSDF nº



395 445. Art 2º Recomendar a SES/DF. I – A constituição de Comissão PERMANENTE, que entregará,
396 em prazo de 90 dias, relatório afim de propor metodologias e instrumentos com fito de propor: a)
397 Aperfeiçoar o Planejamento em Saúde, com maior suporte metodológico; b) Investir no
398 aperfeiçoamento da qualidade das informações para melhorar o planejamento, do monitoramento
399 e da avaliação das ações continuamente. II – Que sejam entregues as justificativas do não
400 atingimento das metas no RAG/2016 quando da apresentação da proposta da PAS-2018, na
401 primeira reunião ordinária do CSDF em 2018.” Colocou em votação o artigo 1º, a aprovação
402 do RAG - 2016 com ressalvas. Aprovado por maioria de votos, ampliando-se a aprovação para
403 toda a resolução. A 410ª RO foi encerrada às 14h05. Foi lavrada a presente ata por mim, Ítalo de
404 Araújo Verlangieri, secretário ad-hoc, para posterior apreciação e assinatura dos Conselheiros.
405 Brasília, 12 de dezembro de 2017.
406
407

LOURDES CABRAL PIANTINO
Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal

GISELY GLEICE PASQUINI DANIELLI
Secretária Executiva do Conselho de Saúde do Distrito Federal

HUMBERTO LUCENA PEREIRA DA FONSECA
Conselheiro titular – Secretário de Estado de Saúde do DF

MARCUS VINÍCIUS QUITO
Conselheiro titular – Subsecretário de Vigilância em Saúde do DF - SVS/SES-DF

DANIELLE SOARES CAVALCANTE
Conselheira titular – Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica e Participativa e Relações
Institucionais - ARINS

BÁRBARA DE ALBUQUERQUE BERÇOT
Conselheira suplente – Fundação Hemocentro de Brasília – FHB/SES

MARIA DILMA ALVES TEODORO
Conselheira titular – Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciência da Saúde do DF/SES-DF

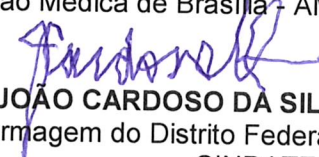
FELIPE MAZONI LOPES
Conselheiro titular – Hospital das Forças Armadas - HFA

JORGE BRUNO ROSÁRIO DE SOUZA
Conselheiro titular – Instituto de Cardiologia de Distrito Federal

BRUNO METRE FERNANDES
Conselheiro titular - Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – 11ª região DF / GO

MÁRCIO DA MATA SOUZA
Conselheiro titular - Sindicato dos Enfermeiros do DF


LÁSARO PEREIRA DE MELO
Conselheiro titular – Associação Médica de Brasília - AMBr


JOÃO CARDOSO DA SILVA
Conselheiro titular – Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Distrito Federal – SINDATE/DF


HELVÉCIO FERREIRA DA SILVA
Conselheiro titular – Associação dos Profissionais de Saúde Pública do Distrito Federal – Clube da Saúde

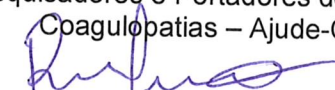
HUMBERTO DE OLIVEIRA LOPES
Conselheiro titular – Conselho Regional de Farmácia do DF – CRF/DF

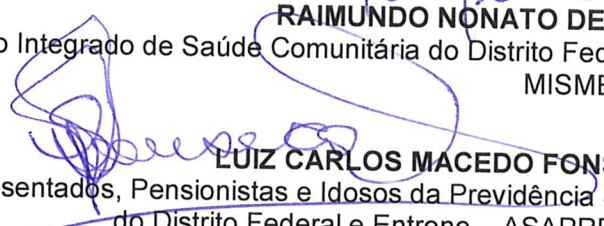

TIAGO SOUSA NEIVA
Conselheiro titular - Sindicato dos Médicos do DF


DARLY DALVA SILVA MÁXIMO
Conselheira titular – Central de Movimentos Populares do Distrito Federal – CMP/DF

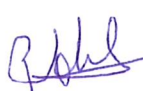

DANYLO SANTOS SILVA VILAÇA
Conselheiro titular – Centro Acadêmico de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília – CASCO/UnB Ceilândia


BRUNO GONÇALVES ARAÚJO
Conselheiro suplente - Associação dos Voluntários, Pesquisadores e Portadores de Coagulopatias – Ajude-C


RAIMUNDO NONATO DE LIMA
Conselheiro titular – Movimento Integrado de Saúde Comunitária do Distrito Federal – MISMEC/DF


LUIZ CARLOS MACEDO FONSECA
Conselheiro titular – Associação de Aposentados, Pensionistas e Idosos da Previdência Social do Distrito Federal e Entrono – ASAPREV/DF

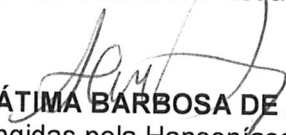
DOMINGOS DE BRITO FILHO
Conselheiro titular – Pastoral de Saúde do Distrito Federal







WILLIAN FERNANDO DA SILVA
Conselheiro suplente - Associação Brasileira de Deficientes Visuais - ABDV



MARLY DE FÁTIMA BARBOSA DE ARAÚJO
Conselheira suplente - Grupo de Apoio às Mulheres Atingidas pela Hanseníase GAMA H



REGINA LÚCIA PINTO COHEN
Conselheira titular – Associação Brasileira de Combate à AIDS – Grupo Arco Íris

